

**RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DE ATIVIDADES COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - COMITÊ POPRUA**

**2020**

**2**

**Membros da sociedade civil**

**I - Titulares:**

1. Janaína da Conceição Cerqueira Xavier

2. Lucas de Almeida Alves

3. Átila Robson Pinheiro

4. Luiza Rodrigues da Silva

5. Roseli Kraemer Esquillaro

6. Associação Rede Rua - Alderon Pereira da Costa

7. Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama - Kelseny Medeiros Pinho 8. Movimento Nacional da População em Situação de Rua - Anderson Lopes Miranda 9. É de Lei - Carlos Alexandre Correia

10.Giulia Pereira Patitucci **(SMDHC)**

11.Tomás Magalhães Andreetta **(SMADS)**

12.Emerson Barreto da Silva **(SEHAB)**

13.Márcia Andrea Bonifácio da Costa Oliveira **(SME)**

14.Fabiana da Silva Pires **(SMS)**

15.Rodrigo Ramos Pinto Medeiros **(SMDET)**

16.Adriano Marques de Camargo **(SMSUB)**

17.Sérgio Ferreira de Souza **(SMSU)**

18.Raquel Pimenta da Silva Kother **(SIURB)**

**II - Suplentes:**

1. Robson César Correia de Mendonça

2. Paulo Cesar de Paula

3. Eliana de Santana

4. Elisângela Cristina Flavio

5. Dany Roma

6. Organização de Auxílio Fraterno (OAF) - Regina Maria Manoel

7. RecicLázaro - Girlândia Silva Santana

8. Instituto BECEI - Jose Marcio de Aguiar

9. Instituto Human - Patrícia Rizzardo dos Santos

10.Juliana Veshagem Quarenta **(SMDHC)**

**3**

11.Maria Lisabete Santiago **(SMADS)**

12.Simone Candido de Souza **(SEHAB)**

13.Ana Carolina Weiss Barrilari **(SME)**

14.Maria Luiza Franco Garcia **(SMS)**

15.Edilene Magalhães da Silva **(SMDET)**

16.Kleiton Santos de Sousa **(SMSUB)**

17.Adriano de Araújo Nicolau **(SMSU)**

18.Andreia Lopes **(SIURB)**

**4**

**ÍNDICE**

INTRODUÇÃO……………………...…………………………………………………......…6 1. SOBRE O COMITÊ………………………………………………………….……….…….8 1.1 Criação…………………………………………………………………………………….8 1.2 Normativas………………………………………………………………………………..8 1.3 Atribuições……………………………………………………………….……………….8 1.4 Composição………………………………………......………………………………….10 1.5 Estrutura e Funcionamento……………………………………………………..………..10 2. HISTÓRICO……………………….………………………………………………….…...12 2.1 Primeira gestão: 2013-2015……………………………….…………………….………12 2.2 Segunda gestão: 2016-2017…………………………………….…………………….…13 2.3 Terceira gestão: 2018-2019………………………………….………………….….……14 2.4 Quarta gestão: 2020-2021………………………………….………………………....…17 3. ATIVIDADES DO COMITÊ POPRUA…………….…………………….………………19 3.1 Reuniões Ordinárias e Extraordinária do Plenário…………………………….………...19

3.2 Reuniões de Trabalho………………………….………………………………………...20 3.3 Reuniões dos Subcomitê temáticos……………….……………………………………..21 4. MONITORAMENTO….………………………………………………………………....24 4.1 Dados sobre o perfil dos participantes do Comitê Poprua em 2020……………….……25 4.2 Dados de impacto e satisfação dos participantes do Comitê Poprua em 2020…………35

4.3 Dados das reuniões ordinárias, extraordinárias e de trabalho do Comitê Poprua em 2020….……………………………………………………………………………………….45

**5**

5. Conclusão……………………………………………………………………………….....49 6. Bibliografia…….…………………………………………………………………………..50

**6**

**INTRODUÇÃO**

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) tem por missão formular, articular e coordenar a Política Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, de forma transversal, interseccional, participativa e com respeito à diversidade. Esta tarefa deve ser desempenhada por meio da promoção e defesa de direitos e em benefício da população, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade, visando a uma sociedade justa, igualitária, inclusiva, solidária e intercultural.

Neste sentido, uma das diretrizes do trabalho da SMDHC é promover espaços de diálogo entre o poder público e a sociedade civil com vistas à construção de políticas públicas aderentes às demandas sociais e ao fortalecimento da democracia participativa. O Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua cumpre este papel de espaço de participação social na formulação, monitoramento e controle das políticas públicas municipais voltadas à população em situação de rua. Nele, a sociedade civil e o Poder Público trabalham em conjunto para a construção de políticas públicas.

O ano de 2020 inaugura uma nova gestão do Comitê do Poprua, cujo mandato vai até o próximo processo eleitoral, ao final de 2021. No dia 8 de fevereiro de 2020 foram eleitos - em votação histórica que contou com 1612 votos, com maior número já registrado - dez conselheiros pessoa física (cinco titulares e cinco suplentes) e oito organizações sociais da sociedade civil (quatro titulares e quatro suplentes). O processo eleitoral está detalhadamente registrado em relatório e atas que podem ser acessados no site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Essa nova gestão do Conselho inicia seu trabalho, pela primeira vez, a partir de uma Política Municipal para População em Situação de Rua em processo de implantação, já que em 26 de dezembro de 2019 foi sancionada a Lei Municipal nº 17.252 que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua e dá outras providências.

Este ano foi marcado pela Emergência Sanitária Internacional decorrente da pandemia de Covid-19, que trouxe severas consequências para a população em situação de rua. Além da dificuldade de garantir a possibilidade de distanciamento social e insumos para higiene a um recorte populacional que tem como característica central a “inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como

**7**

espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”1, a paralisação dos comércios, do fluxo convencional de pessoas nas ruas e dos serviços de alimentação fragilizou também a segurança alimentar e geração renda dessa população, de forma bastante severa.

Nesse sentido, o Comitê Poprua encarou, no ano de 2020, o desafio de se articular junto à gestão municipal para discutir, planejar e executar ações que pudessem proteger a população em situação de rua do risco da doença em si, e também dos efeitos socioeconômicos da pandemia. Isso foi feito a partir de uma série de reuniões de trabalho virtuais, nas quais destacou-se a interlocução do Conselho com as Secretarias de Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social, mediante coordenação de Direitos Humanos e Cidadania. A Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua - CPPSR/SMDHC exerce atualmente a função de secretaria executiva desse Comitê e, dentre suas competências insere-se a tarefa de produzir relatórios que tornem públicos os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê PopRua, anualmente.

Sendo assim, registra-se neste documento as principais atividades e dados de monitoramento referentes ao trabalho executado por este órgão de participação social, entre janeiro e dezembro de 2020, em consonância com o disposto no artigo 18, IX do Regimento Interno. Este relatório está estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento são abordadas questões gerais sobre o Comitê (criação, normativas, atribuições, composição, estrutura e funcionamento) e em um segundo momento delineia-se um breve histórico das gestões do colegiado. Em seguida, no capítulo 3 ”Atividades do Comitê'' são apresentados os trabalhos desenvolvidos e as principais discussões realizadas pelo Plenário, pelos Subcomitês, pela Secretaria Executiva e em reuniões específicas de trabalho, ao longo do ano de 2020. No quarto capítulo deste documento, “Monitoramento do Comitê”, são apresentados dados quantitativos e qualitativos sobre adesão às reuniões, opiniões e perfil dos participantes. Por fim, a parte de “Considerações Finais” faz um balanço do trabalho realizado neste ano e elenca os desafios para 2021.

**Giulia Pereira Patitucci**

Coordenadora do Comitê PopRua

1trecho extraído da Lei Municipal 17.252/2019

**8**

**1. SOBRE O COMITÊ**

**1.1 Criação**

O Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua foi criado pelo Decreto Municipal Nº 53.795, de 25 de março de 2013, como parte de um esforço do Município de São Paulo para aderir à Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Federal Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009), oficializada no dia 28 de maio de 2013. Em 26 de dezembro de 2019, após longo processo de discussão entre Poder Legislativo, Poder Executivo e sociedade civil, foi promulgada a Lei nº 17.252/2019, que consolidou a Política Municipal para a População em Situação de Rua em São Paulo, dando força legal à instituição do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua.

A criação e agora consolidação deste colegiado responde a uma demanda histórica dos movimentos sociais da população em situação de rua, que pressiona, historicamente, o Poder Público por uma atuação mais incisiva no tocante a esta temática. Trata-se, portanto, de uma resposta às demandas da sociedade civil por políticas públicas específicas e espaços de participação para a população em situação de rua, construídas de forma conjunta entre Governo, representantes da população em situação de rua e entidades que trabalham com este público.

**1.2 Normativas**

O Comitê PopRua foi criado pelo **Decreto Municipal Nº 53.795**, de 25 de março de 2013, que também define sua estrutura, sua composição e suas competências. A **Lei nº 17.252/2019** consolidou a Política Municipal para a População em Situação de Rua em São Paulo e deu força legal ao Comitê PopRua. Por fim, as regras de funcionamento do Comitê estão estabelecidas em seu **Regimento Interno**, aprovado em Reunião Extraordinária do Comitê PopRua no dia 27 de fevereiro de 2019.

**1.3 Atribuições**

A Lei nº 17.252/2019 que consolida o Comitê PopRua define também quais são suas atribuições:

**9**

*Art. 6º O Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:*

*I - elaborar o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades;*

*II - apoiar o Poder Público na elaboração do Plano de Ações previsto no art. 8º desta Lei, com o detalhamento das estratégias e orçamentos para a implementação do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua;*

*III - acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua e a implementação do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua e do Plano de Ações;*

*IV - definir diretrizes para o atendimento da população em situação de rua pelas diferentes políticas municipais;*

*V - realizar o controle social por meio do monitoramento da movimentação dos recursos financeiros consignados para os programas e políticas para a população em situação de rua;*

*VI - assegurar a articulação intersetorial dos programas, ações e serviços municipais para atendimento da população em situação de rua;*

*VII - instituir subcomitê permanente formado, no mínimo, pelas Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania, de Assistência e Desenvolvimento Social, das Subprefeituras e da Saúde, para o acompanhamento das ações de zeladoria urbana, com o objetivo de fiscalizar a implementação e o cumprimento dos procedimentos previstos nesta Lei e na legislação complementar;*

*VIII - receber e encaminhar denúncias de violações de direitos da população em situação de rua;*

*IX - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;*

*X - organizar, periodicamente, encontros e seminários municipais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;*

*XI - nas áreas de maior presença da população em situação de rua, apoiar grupos com o objetivo de articular a rede e implementar territorialmente a Política Municipal para a População em Situação de Rua;*

**10**

*XII - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.*

É estabelecido na Lei 17.252/2019 que o Comitê PopRua é responsável por elaborar, divulgar, monitorar, avaliar e reformular o Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua, bem como realizar o controle social e assegurar a intersetorialidade das políticas e dos programas voltados para a população em situação de rua. Some-se a isso garantir o acesso da população em situação de rua aos serviços públicos e assegurar a realização de recenseamento periódico desta população.

**1.4 Composição**

A composição do colegiado está definida no artigo 5º da Lei Nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019. Este dispositivo determina que o Comitê PopRua será integrado paritariamente por representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil e de órgãos públicos, ou seja, que Governo e sociedade civil terão a mesma proporção de assentos no Comitê.

Têm representação no Comitê PopRua, além da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, a quem cabe a coordenação do órgão, as Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Habitação, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Subprefeituras, Segurança Urbana e Infraestrutura Urbana e Obras. Cada uma das nove Secretarias que compõem o Comitê indica dois representantes, um titular e outro suplente, para compor o quadro de conselheiros de governo, a cada gestão.

A sociedade civil também conta com nove representantes titulares e nove suplentes, destes cinco titulares e suplentes representando a população em situação de rua e quatro organizações titulares e suplentes que trabalham com este público. Estes representantes são escolhidos por meio de processo eleitoral que ocorre sempre no início de anos ímpares.

**1.5 Estrutura e Funcionamento**

O Comitê PopRua se reúne ordinariamente uma vez ao mês, com pauta definida e convocatória enviada com uma semana de antecedência. As reuniões extraordinárias podem ocorrer com convocatória prévia de até 48h, sendo necessária pauta única de debate para que esta ocorra. As reuniões são abertas para participação de todos os cidadãos, mas o voto é restrito aos conselheiros.

**11**

Os Subcomitês são compostos por membros do Comitê - porém admitem a presença de pessoas externas, se o Plenário assim decidir - e se debruçam sobre temas específicos, elaborando propostas, pareceres e recomendações que subsidiam a ação do Comitê.

No ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19, foi aprovado o Decreto nº 59.283/2020, que declarou situação de emergência no Município de São Paulo e definiu medidas para o enfrentamento da pandemia. Atendendo ao que determinou o Decreto, bem como às recomendações da Organização Mundial da Saúde, as atividades presenciais do Comitê PopRua foram suspensas e passaram a ser realizadas reuniões remotas, a partir de plataformas online.

Diante da compreensão de que a população em situação de rua seria um dos recortes populacionais mais vulneráveis não só ao coronavírus em si, mas às consequências socioeconômicas decorrentes do período de emergência o Comitê PopRua se mobilizou para realizar encontros frequentes para o monitoramento e acompanhamento das atividades realizadas pela Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua da SMDHC e pelas demais Secretarias Municipais, no sentido de atender as demandas e proteger a população em situação de rua, nesse cenário de crise sanitária e social.

Além das reuniões Ordinárias, Extraordinárias e das reuniões dos Subcomitês, foram inauguradas Reuniões de Trabalho em plataforma online, que aconteciam de forma semanal, para debate sobre as medidas de enfrentamento da Covid-19 por parte do Governos Municipal e da sociedade civil, específicas para população em situação de rua.Desde o início da pandemia foram realizadas mais de 15 reuniões de trabalho.

De forma a garantir a inclusão digital de todos(as) conselheiros(as), foi montada uma estrutura física na SMDHC respeitando o distanciamento social e o uso de máscaras, com computador e telão para o acompanhamento da reunião, pelos conselheiros com dificuldades de acesso à internet.

**12**

**2. HISTÓRICO**

**2.1 Primeira gestão: 2013-2015**

Coube ao Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania à época de criação do Comitê PopRua, Sr. Rogério Sottili, indicar a composição da primeira gestão do colegiado, conforme disposto no artigo 1º, § 4º do Decreto Nº 53.795, de 25 de março de 2013. Neste sentido, a Portaria Nº 023/SMDHC, de 09 de maio de 2013, indica os representantes de Governo, da população em situação de rua e de organizações para compor a primeira gestão do Comitê PopRua no período 2013-2015.

Logo ao início de suas atividades, o Comitê PopRua se debruçou sobre a necessidade de elaboração de seu primeiro Regimento Interno. Neste sentido, e seguindo as determinações do artigo 7º do Decreto Nº 53.795, de 25 de março de 2013, foi formada uma comissão responsável por elaborar uma proposta de Regimento Interno, que foi posteriormente discutida e aprovada em Reunião Extraordinária do Comitê PopRua, realizada 05 de julho de 2013.

Uma vez solucionada a questão regimental, a primeira gestão focou seus esforços na discussão dos temas mais prementes para a população em situação de rua. A temática da habitação foi definida com o principal eixo a ser levado em consideração na elaboração de políticas para a população em situação de rua. Neste sentido, uma das grandes conquistas deste período foi a inclusão da “situação de rua” como critério adicional do Município de São Paulo no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Outros temas que merecem destaque são os de zeladoria urbana e de atenção à população em situação de rua durante o período de baixas temperaturas. No que tange ao primeiro, o Comitê identificou a zeladoria urbana como um dos principais pontos de atrito entre a população em situação de rua, os demais munícipes e a Administração Pública. A fim de se pensar estratégias de redução de conflitos, foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito do colegiado focado exclusivamente na discussão de ações de zeladoria urbana, que no futuro viria a se tornar o Grupo de Monitoramento dos Procedimentos e Ações de Zeladoria Urbana, por meio do Decreto Nº 57.069, de 17 de junho de 2016.

No que diz respeito ao atendimento da população em situação de rua durante o período de baixas temperaturas, o Comitê PopRua deu início a um processo de aproximação

**13**

com o Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas, responsável pela elaboração e pelo monitoramento do Plano de Contingência para Baixas Temperaturas, que contempla as ações da Prefeitura de São Paulo nos dias em que as temperaturas na capital atingem patamar igual ou inferior a 13ºC. Tal aproximação permitiu à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio de sua Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, compor a coordenação do Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas nos anos seguintes.

Por fim, visando a dar maior visibilidade à temática, o Comitê sugeriu a criação de um monumento à população em situação de rua. Neste sentido, foi sugerida a construção de um marco na Praça da Sé, em memória ao massacre da população em situação de rua ocorrido no ano de 2004. O Marco em Respeito à População em Situação de Rua foi inaugurado no dia 19 de fevereiro de 2016, pelo então Secretário Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, Eduardo Suplicy, já durante a segunda gestão do Comitê PopRua.

**2.2 Segunda gestão: 2016-2017**

A segunda gestão do Comitê PopRua desenvolveu suas atividades entre 2016 e 2017. Diferentemente do que ocorreu com a primeira gestão do colegiado, em 2015 foram organizadas eleições para ocuparem-se as vagas destinadas à sociedade civil no Comitê PopRua, ao cabo do qual foi publicada a Portaria Nº 184/SMDHC, de 17 de dezembro de 2015.

Com o acúmulo de informações e conhecimento produzidos pela primeira gestão, foi possível que o Comitê PopRua se dedicasse à elaboração de um Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua – Plano PopRua. Para tanto, o Comitê concordou com a contratação de uma pesquisa social participativa sobre a população em situação de rua a fim de subsidiar o Plano supracitado. A contratação foi realizada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e incluiu entre os pesquisadores pessoas em situação de rua.

Já com o resultado da pesquisa em mãos, o Comitê trabalhou na elaboração do Plano Municipal de Políticas para a População em situação de Rua, formalizado por meio da Portaria Intersecretarial Nº 005/SMDHC/SMADS/SMS/SEHAB/SDTE, de 26 de dezembro de 2016. Este Plano traça diretrizes a serem seguidas pela Prefeitura de São Paulo no tocante às políticas voltadas para a população em situação de rua.

**14**

Além da elaboração do Plano PopRua, a segunda gestão do Comitê logrou ainda importantes avanços na área da habitação, em consonância com as discussões do colegiado durante sua primeira gestão. Em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação, firmou-se o compromisso de destinar as unidades habitacionais do Edifício Asdrúbal do Nascimento II para a população em situação de rua, compromisso este que foi honrado pela Prefeitura de São Paulo em 2019, com a entrega das 34 unidades do referido edifício para pessoas em situação de rua, já durante a terceira gestão do Comitê.

Por fim, o Comitê Poprua, em 2016 e 2017, acompanhou de perto a questão das ocupações Bresser e Alcântara, ambas localizadas na Subprefeitura da Mooca. Nestes territórios, a luta da população em situação de rua se confrontou com aquela de movimentos de habitação organizados, gerando não apenas conflitos referentes às ações de zeladoria urbana, como também entendimentos divergentes quanto ao acompanhamento social desta população. Como já citado neste relatório, um dos desdobramentos desta questão foi a criação, no ano de 2016, do Grupo de Monitoramento dos Procedimentos e Ações de Zeladoria Urbana, órgão com existência independente do Comitê PopRua.

**2.3 Terceira gestão: 2018-2019**

A terceira gestão do Comitê PopRua teve sua composição original definida pela Portaria nº 104/SMDHC, de 02 de agosto de 2018, após realização de processo eleitoral concluído em 18 janeiro de 2018. Posteriormente, a composição da gestão foi atualizada pela Portaria nº 44/SMDHC, de 30 de abril de 2019.

Esta gestão foi marcada por um aprofundamento dos trabalhos no âmbito de diversos Subcomitês temáticos implementados, quais sejam Habitação, Saúde, Seminário, Trabalho, Banheiros Públicos, Mulheres, Crianças e Adolescentes e Plano PopRua.

No ano de 2018 as principais construções do Comitê PopRua foram a organização do 1º Seminário de Políticas para a População em Situação de Rua, culminando em um evento importante, no qual discutiram-se as políticas de habitação para a população em situação de rua. Além disso, o Comitê PopRua também elaborou critérios de habilitação e priorização para o acesso das unidades no empreendimento de locação social no Edifício Asdrúbal do Nascimento II/Mário de Andrade. Além disso, destaca-se o desenvolvimento de um projeto de banheiros públicos para a cidade de São Paulo,no âmbito do Subcomitê Banheiros

**15**

Públicos, em articulação com diversas secretarias municipais, especialistas, sociedade civil e Poder Legislativo.

No primeiro semestre de 2019, o colegiado discutiu intensamente a formulação de proposta de acesso a vagas do Programa Operação Trabalho PopRua (POT PopRua), tendo em vista a necessidade de discussão do acesso ao programa de forma ampla e democrática.

Realizou também discussões qualificadas sobre a redação do Projeto de Lei nº 145/2018, posicionando-se oficialmente pela aprovação completa do projeto. Este PL culminou na Lei nº 17.252/2019, que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua em São Paulo, aprovada em 26 de dezembro de 2019, e confere força legal ao Comitê PopRua.

Durante o período de Baixas Temperaturas, a Coordenação de Pronto Atendimento Social compareceu ao plenário do Comitê para apresentar as ações que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) realizou em relação às políticas para a população em situação de rua. Também parte da SMADS, a equipe da Coordenação de Proteção Social Especial compareceu no plenário para descrever como é a atuação da Coordenação e quais as políticas que envolvem a população em situação de rua. Além disso, explicaram os fluxos de trabalho bem como ouviram as sugestões dos conselheiros

O primeiro semestre de 2019 também ficou marcado pela participação dos Conselheiros na organização do 2º Seminário de Políticas para a População em Situação de Rua, cujo tema foi “Diálogos com a Política de Saúde”. O colegiado discutiu o formato do seminário, os convidados, as atividades que seriam realizadas e auxiliaram na divulgação do evento. O evento foi executado, então, no segundo semestre, com grande participação da população em situação de rua, de servidores públicos e especialistas. O resultado do evento pode ser conferido em seu Relatório Final, no link a seguir: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\_humanos/participacao\_so cial/CONSELHOS/COMITE%20POPRUA/SEMINARIOS/Relatorio.pdf.

Foi realizada, também neste período, mais uma edição do Prêmio 19 de Agosto, que tem a finalidade de reconhecer projetos inovadores da população em situação de rua, estimulando sua replicabilidade e melhores práticas em ações voltadas para este público. O

**16**

Prêmio foi batizado em homenagem ao Dia de Luta da População em Situação de Rua, data que marca o massacre ocorrido na Praça da Sé em 2004, em São Paulo, quando pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas. Os conselheiros do Comitê PopRua compuseram a Comissão Avaliadora do prêmio e puderam opinar em quem a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania premiaria.

No segundo semestre de 2019, o Comitê PopRua discutiu ações importantes do município: a realização do recenseamento da população em situação de rua, feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Foram realizadas Reuniões Extraordinárias sobre o tema e os responsáveis pela realização do censo compareceram à reunião para ouvir as demandas e sugestões da população. O Comitê conseguiu a inclusão de uma cota para pessoas em situação de rua como recenseadores, o que foi essencial para qualificar o processo da pesquisa. Também foram apontados pelos participantes das reuniões relatos de possíveis distorções da pesquisa, os quais foram encaminhados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para verificação.

Foram realizadas formações para os conselheiros do Comitê Poprua, abertas aos participantes do órgão colegiado. As formações foram realizadas em parceria com o Departamento de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, e abordaram os seguintes conteúdos: direitos humanos, democracia, cidadania, estrutura do poder público, participação social e marcos legais da política para a população em situação de rua.

No início de 2020, dia 08 de fevereiro, foi realizado o processo eleitoral para as vagas de representantes da sociedade civil para a gestão 2020/2021. Para isso, no segundo semestre de 2019, foi realizada reunião do Comitê Poprua na qual discutiu-se sobre o processo eleitoral e edital de inscrição das candidaturas e definiram-se os representantes constituintes de Comissão Eleitoral. No âmbito dos Subcomitês, diversas foram as conquistas deste colegiado, dentre as quais vale citar: a presença do Secretário de Habitação em uma reunião do subcomitê habitação, como forma de discussão e sensibilização sobre a necessidade de inclusão desse segmento social de forma prioritária na política; a organização de um relatório que descreve todos os banheiros públicos desativados no centro de São Paulo e a articulação para sua reabertura, além da configuração de proposta para implantação de novos banheiros e pontos de água potável; a organização de um planejamento para o subcomitê mulheres, com a intenção de realização de uma recomendação geral à política do

**17**

município. Todos esses avanços, e outros, serão explicitados de forma mais detalhada a seguir.

**2.4 Quarta gestão: 2020-2021**

A quarta gestão do Comitê PopRua teve sua composição original definida pela Portaria nº 26/SMDHC/2020, após realização de processo eleitoral concluído em 8 fevereiro de 2020. Posteriormente, a composição da gestão foi atualizada pela Portaria nº 48/SMDHC/2020.

Devido à pandemia da Covid-19, esta gestão se mobilizou através de encontros virtuais, e foi marcada pelo início das reuniões de trabalho semanais, com informes sobre a situação da população em situação de rua no município. Durante o ano de 2020 o Comitê PopRua se mobilizou fortemente para adoção de ações de enfrentamento à pandemia, recebendo relatórios de dados semanais da Secretaria Municipal de Saúde, sobretudo referentes às abordagens das equipes de Consultório na Rua; acompanhando ações como as do Projeto Rede Cozinha Cidadã e o Ação Vidas no Centro. O Conselho acompanhou, também, a construção da Cartilha de Serviços para População em Situação de Rua, realizada pela SMDHC em parceria com a Unesco.

O ano de 2020 também foi marcado pela realização de debates para a construção do Decreto regulamentador da lei nº 17.252/2019, que foi desenvolvido através de reuniões do Subcomitê da Política Municipal, divididas por temas: 1. Habitação; 2. Assistência Social; 3. Direitos Humanos; 4. Educação e geração de renda; 5. Saúde; 6. Crianças e Adolescentes; 7. Cultura e esporte; 8. Zeladoria urbana; 9. Comitê PopRua; 10. Políticas setoriais e transversais. No que tange o Comitê PopRua, o decreto suscitou uma uma série de debates sobre possíveis mudanças em sua estrutura, como por exemplo a substituição da figura da coordenação pela mesa diretora, que terá a função de coordenar as reuniões e será composta por membros de governo e da sociedade civil, paritariamente; e a obrigatoriedade de um curso de formação para conselheiros, ministrado em parceria com o Departamento de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.

Foi também pauta do Conselho neste ano a aprovação da tipificação do Centro de Promoção e Defesa de Direitos da População em Situação de Rua, primeiro equipamento de

**18**

atendimento à população em situação de rua da SMDHC, que foi aprovado em reunião extraordinária com unanimidade.

Foi realizado mais um ciclo de formações para os conselheiros do Comitê Poprua, abertas aos participantes do órgão colegiado. As formações foram realizadas em parceria com o Departamento de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, e abordou os seguintes conteúdos: histórico do Comitê PopRua; cidadania, democracia e funcionamento do Estado, participação social e organização da sociedade civil, estrutura da prefeitura e suas Secretarias e Marcos regulamentadores da população em situação de rua.

**19**

**3. ATIVIDADES DO COMITÊ POPRUA**

As atividades do Comitê Poprua inserem-se, normalmente, em dois espaços de atuação: 1) o Plenário, que reúne-se mensalmente para discutir e deliberar sobre questões relativas à Política Municipal para População em Situação de Rua, no qual todos e todas possuem direito de fala e, apenas os conselheiros eleitos, direito de voto; 2) Os subcomitês, que são reuniões temáticas periódicas, usualmente realizadas na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que pretendem discutir de forma mais específica temas caros à população em situação de rua, com a finalidade de produzir encaminhamentos e avaliação da política.

A pandemia de Covid-19 provocou, paradoxalmente, tanto a impossibilidade do encontro presencial dos membros do Comitê Poprua quanto a urgência de articulação do Conselho com a gestão municipal para formular ações e estratégias de proteção da população em situação de rua. Diante desse cenário, a partir do mês de março passaram a ser feitas reuniões virtuais, através da plataforma Microsoft Teams.

**3.1 Reuniões Ordinárias e Extraordinária do Plenário**

O Comitê PopRua se reúne ordinariamente uma vez ao mês, por convocatória de sua Secretaria Executiva, com indicação de data, horário, local e pauta da reunião e com antecedência mínima de 07 dias. As pautas devem ser propostas pelos membros do Comitê até 08 dias antes da reunião, porém pode haver inclusão de pontos extra, caso a maior parte dos membros assim decida. O plenário pode, ainda, se reunir de maneira extraordinária por convocação de no mínimo cinco membros e com antecedência mínima de 48 horas.

A reunião tem início com a aprovação da ata da reunião anterior, enviada aos conselheiros através da lista de emails. Em seguida são feitas, por parte da Secretaria Executiva, as devolutivas dos encaminhamentos da reunião anterior. Após este momento, inicia-se a discussão da pauta do dia. Ao fim da reunião é feita uma síntese dos encaminhamentos tirados.

No ano de 2020 foram realizadas presencialmente as reuniões ordinárias dos meses de fevereiro e março, tendo sido as demais realizadas através de plataforma online.

**20**

Conforme mencionado anteriormente, diante da dificuldade de acesso digital de alguns conselheiros, foi estruturada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, um sala computador e telão que - seguindo protocolos de distanciamento social e uso de máscara - permitiu a participação dos representantes eleitos.

**3.2 Reuniões de Trabalho**

No ano de 2020 foram realizadas, além das reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário, reuniões semanais de trabalho para debater as ações destinadas ao enfrentamento da covid-19, especificamente para população em situação de rua.

As reuniões contaram com ampla participação da sociedade civil e de governo, com representação de diversas secretarias municipais, ainda que as pastas de Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social tenham assumido centralidade nas ações de enfrentamento da Covid 19. Destaca-se também o papel da SMTUR que executou a “Ação Vidas no Centro”, projeto que disponibilizou acesso a banheiros, lavanderia e chuveiros para a população em situação de rua, durante a pandemia.

Durante as reuniões de trabalho, diversas ações foram debatidas nesse sentido, dentre as quais, destacam-se: ampliação da rede de acolhimento de SMADS mediante aumento de vagas tradicionais; criação de três tipos de centros de acolhida emergenciais que permitissem a separação de pessoas sintomáticas e diagnosticada com Covid 19, a possibilidade de criação de uma nova modalidade de acolhimento pela SMADS no projeto “Acampamento Social” e o convênio com a rede hoteleira para o acolhimento de pessoas pertencentes ao grupo de risco acesso da população em situação de rua aos equipamento de saúde, com destaque para rede hospitalar e às equipes de Consultório na Rua; monitoramento e transparência do governo acerca dos casos e óbitos de covid na população em situação de rua; acesso à alimentação por meio da distribuição de refeições pelo poder público municipal pelo projeto Rede Cozinha Cidadã, pelo terceiro setor e através da gratuidade do Bom Prato; acesso à pontos de água potável, banheiros, chuveiros e pias; ações de zeladoria urbana durante a pandemia; aumento do número de famílias em situação de rua no centro de São Paulo, devido às consequências socioeconómicas da crise sanitária; dentre diversas outras questões importantes que podem ser conferidas nas atas dessas reuniões de trabalho, publicadas no site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, bem como as atas aprovadas das reuniões extraordinárias e ordinárias do Plenário do Comitê Poprua.

**21**

As ações efetivamente executadas para a proteção sanitária e social da população em situação de rua no período de pandemia podem ser conferidas no site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

**3.3 Reuniões dos Subcomitê temáticos**

Diante do cenário excepcional que marcou o ano de 2020, grande parte dos subcomitês temáticos tiveram suas reuniões suspensas, já que os esforços do Conselho estavam voltados essencialmente para a elaboração de ações de proteção da saúde e garantia dos direitos básicos da população em situação de rua, em momento tão complexo e desafiador para a sociedade brasileira, como um todo. Os **Subcomitês de Habitação**; **Gênero e Sexualidade** realizaram uma primeira reunião anual de trabalho no mês de março, que trataram do planejamento de ano de trabalho mas, diante da pandemia tiveram as demais reuniões do ano suspensas. Pode-se dizer que o **Subcomitê Saúde** também teve suas reuniões convencionais suspensas, mas a pauta da saúde da população em situação de rua foi central em todas as reuniões de trabalho durante o período.

O **Subcomitê de Trabalho e Educação** também teve uma primeira reunião no mês de março e as demais reuniões foram suspensas pela maior parte do ano. Nos meses de agosto e setembro foram, entretanto, realizadas reuniões pelo Subcomitê na medida em que se fez necessário debater o processo de seleção de pessoas em situação de rua para novas vagas no Programa Operação Trabalho (POT Poprua) que estavam sendo abertas - de forma virtual - no período.

Mantiveram-se, em 2020, a partir do mês de maio, reuniões mensais do **Subcomitê Permanente de Zeladoria** (recém instituído pela Lei 17.252/2019, em substituição ao “Grupo de Monitoramento dos Procedimentos e Ações de Zeladoria Urbana - GMPAZU”), que trata, essencialmente, do compartilhamento e encaminhamento para os órgãos de controle de denúncias relacionadas a potenciais violações dos direitos da população em situação de rua em ações de zeladoria urbana e construção da Portaria Intersecretarial nº 04/SMSUB/SMDHC/2020 (regulamentadora do Decreto de Zeladoria Urbana nº 59246/ 2020) e de sua aplicação no período de pandemia. Como importantes conquistas desse Subcomitê, no período, destacam-se a aprovação de material gráfico que informa a população em situação de rua sobre seus direitos durante ações de zeladoria e planejamento e realização

**22**

de formações em direitos humanos e zeladoria urbana com equipes da Assistência Social, Subprefeituras e Guarda Civil Metropolitana.

O **Subcomitê do Plano da Política Municipal para População em Situação de Rua** esteve bastante ativo, de forma virtual, durante o ano de 2020, na medida em que apresentaram-se ao grupo duas demandas bastante significativas no período.

A primeira demanda é referente a previsão da Lei 17.252/2019, em seu artigo 9º da Seção I, de que “O Poder Público deverá manter **Centros de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua**, destinados à prestação de serviços específicos às pessoas em situação de rua e à articulação do acesso aos demais serviços públicos, permitido o atendimento em unidades móveis”. Essa determinação da legislação municipal torna necessário o processo de planejamento e implantação de um novo equipamento público, vinculado a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua.

O primeiro passo para a implementação desse equipamento foi a elaboração, no âmbito do Subcomitê Plano, de documento de Tipificação que delimita, dentre outros aspectos, a caracterização do equipamentos, seus objetivos gerais e específicos, os serviços ofertados, as aquisições de usuários, o período de funcionamento, os recursos humanos, etc. Foi redigida uma proposta inicial pela Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua, a partir da qual debruçaram-se os participantes do Subcomitê Plano, durante seis reuniões realizadas nos meses de março, maio, junho e julho.

Durante o processo de desenho da tipificação do equipamento Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, definiu-se a necessidade de produzir acúmulo sobre a promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua, a partir da interlocução com órgãos de controle, pesquisadores e pessoas que tiveram experiência com implementação de equipamentos similares, em outros estados. Nesse sentido, no mês de agosto foram realizadas reuniões do Subcomitê Plano com pesquisadoras envolvidas nas experiências do Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua/ Centro Estadual de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua de Minas Gerais e com representantes da Defensoria Pública da União e Defensoria Pública Estadual.

A partir da aprovação do documento de tipificação do Centro de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua no Conselho e elaboração de Termos de Referência pela

**23**

equipe técnica da Coordenação Poprua, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania publicou, no dia 1º de outubro de 2020, Edital de Chamamento Público nº CPB/106/2020/SMDHC/CPIR, visando a seleção de Organização da Sociedade Civil - OSC, especializada em atendimento da população em situação de rua, interessadas em executar a gestão deste equipamento, mediante termo de colaboração.

Além do Centro de Defesa, o Subcomitê do Plano da Política Municipal para População em Situação de Rua, ao longo de 2020, debruçou-se sobre importante trabalho: a redação do **Decreto Regulamentador da Lei 17.252/2019** que instituiu a Política Municipal para População em Situação de Rua.

A legislação municipal divide suas previsões sobre as políticas para população em situação de rua em seções, de acordo com a temática e secretaria municipal responsável e, por isso, o processo de redação do Decreto foi dividido nas seguintes partes: Direitos Humanos e Cidadania; Habitação; Políticas Educacionais e Emprego; Assistência e Desenvolvimento Social; Saúde; Políticas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; Políticas Setoriais Diversas e Transversais; Zeladoria Urbana; Violações de Direitos e Cultura e Esporte.

O fluxo de trabalho na redação do Decreto se deu de forma que propostas iniciais para cada uma de suas seções foram produzidas pela Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua e apresentadas em reunião do Subcomitê Plano. A partir das contribuições do Comitê Poprua, as propostas de redação de cada tema foram enviadas para as secretarias municipais responsáveis pela execução dos pontos previstos.

Nos meses de agosto, setembro e outubro foram realizadas 6 reuniões no âmbito do Subcomitê para discutir e editar as propostas de redação do Decreto. Devido a notada complexidade do tema específico das Políticas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, foi criado um Grupo de Trabalho Intersetorial Temporário com representantes de governo, específico para redigir a primeira proposta de redação a ser levada para o Comitê Poprua.

**24**

**4. MONITORAMENTO**

O monitoramento dos dados produzidos a partir das atividades do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua é realizado desde 2018 e consiste em ampla reunião de indicadores, referentes a diferentes pontos de funcionamento do Conselho permitindo compreender de maneira mais sólida a dinâmica de funcionamento geral do órgão e seus participantes. A produção desses indicadores permite, nesse sentido, a compreensão:o: i) da composição de perfil dos participantes do comitê; ii) das reuniões, sua natureza e seu poder mobilizatório; iii) do impacto geral causado pelo Comitê. Ademais, a sistematização desses indicadores também possibilita melhor entendimento a respeito de como a interação entre governo, sociedade civil e a população em situação de rua tem acontecido dentro do órgão, e acerca do que que tem sido majoritariamente discutido nas reuniões (e de que forma), entre outros aspectos ressaltados através dos dados.

O monitoramento baseia-se na coleta tanto primária como secundária de dados, produzindo sistematização que abrange diferentes eixos de atuação do comitê. Para esse levantamento sistemático, é levado em consideração tanto documentos oficiais (como atas, listas de presença, memorandos e recomendações) produzidos pelo órgão, como também questionários tipo *survey* formulados e aplicados nas reuniões de acordo com a temática e a estruturação de aplicação. Para além, existe também a tentativa de um diálogo com outros dados produzidos em relação à população em situação de rua, tal como a coleta do censo realizada em 2019. Esse tipo de diálogo permite entender melhor a composição do órgão e seus níveis de representatividade na prática.

Como resultado, pode-se observar a manutenção mensal de um banco de dados com informações a respeito das reuniões e possibilidade de mensuração do impacto que elas vêm causando no processo de implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua. Dessa forma, a partir dos dados coletados no monitoramento das reuniões do Comitê Poprua é possível apreender *quem* tem acessado este espaço, com quais objetivos e de que forma, com base numa série histórica de dados que dizem sobre a dinâmica do Comitê e sua importância — de maneira responsável, ampla e processual.

**25**

**4.1 Dados sobre o perfil dos participantes do Comitê Poprua em 2020**

Levando em consideração a necessidade latente de acompanhar e entender o perfil dos participantes do Comitê PopRua, em 2018 foi desenvolvido o “Questionário de Perfil e Impacto do Comitê”, tendo como principal objetivo a captura de pontos gerais e sensíveis acerca das pessoas que têm acesso às reuniões de forma regular. Nesse sentido, foram compreendidas como constituintes de “perfil” tanto informações étnico-raciais e de gênero quanto informações de cunho socioeconômico, bem como dados a respeito de escolaridade e mobilidade. A periodicidade de aplicação estabelecida foi semestral, para que assim fosse possível traçar um panorama histórico da produção de indicadores e identificar possíveis mudanças de perfil a partir desse quadro.

O questionário original foi composto por 27 questões, passando pelos eixos temáticos “Perfil”, “Sobre o comitê” e “Melhorias e sugestões”. Mantendo seu caráter semi estruturado (com a mescla de perguntas abertas e fechadas) e tendo em vista a primeira sistematização dos indicadores, em 2019 foi realizada uma reformulação, com a otimização de algumas questões e adição de outras que foram compreendidas como importantes e até então faltantes. A partir disso o questionário passou a ter 39 questões, ainda dentro dos mesmos eixos temáticos e mantendo a aplicação presencial semestral nas reuniões do Comitê.

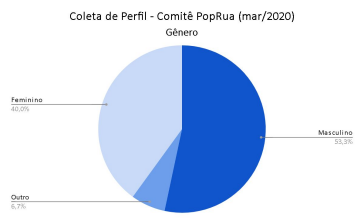
Apesar do quadro sem precedentes vivenciado em decorrência da pandemia do novo coronavírus em 2020, com a continuidade das reuniões em formato à distância através das videoconferências, o monitoramento das atividades e a aplicação do Questionário de Perfil e Impacto do Comitê se manteve. Para essa aplicação, foi de intuito geral a preservação da série histórica de dados já sistematizados para identificar e entender possíveis mudanças, mas, também foi de entendimento as dificuldades que seriam apresentadas em uma aplicação virtual não só pelo formato - como também pelo acesso em si. Por essa razão, o questionário foi reduzido para 28 perguntas e disponibilizado por duas semanas (para que as pessoas tivessem a oportunidade de se organizar e participar).

É importante ponderar, também, que o contexto atípico de reuniões virtuais em decorrência da pandemia de Covid-19, que sucedeu a partir da última semana de março trouxe uma caracterização de perfil dos participantes das reuniões do Conselho que não corresponde ao perfil dos presentes nos encontros presenciais fora do contexto de pandemia, necessariamente. Sendo assim, na produção de gráficos de monitoramento do ano de 2020

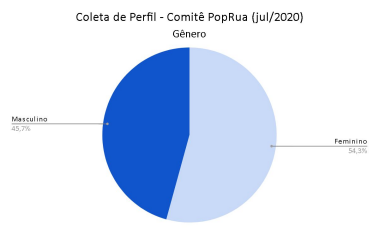
**26**

optou-se pela divisão de dois períodos, o primeiro corresponde à coleta realizada no mês de março, em um momento em que o Comitê ainda funcionava de forma convencional, isto é, presencialmente e o segundo refere-se ao mês de julho, momento em que as atividades eram totalmente virtuais.

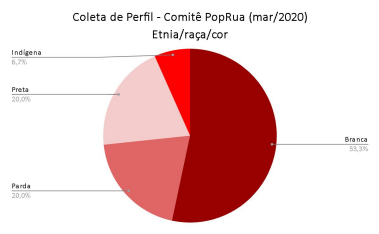
Os gráficos a seguir permitem, então, compreender um pouco sobre o perfil sociodemográfico dos participantes do Comitê Poprua no período pré e durante a pandemia de Covid-19.

**Gráfico 1 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por gênero, em março de 2020**

**27**

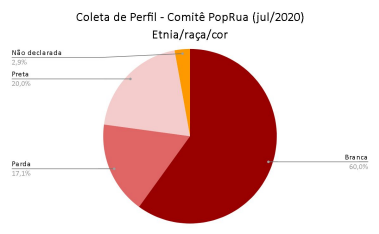
**Gráfico 2 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por gênero, em julho de 2020 **

**Gráfico 3 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por etnia/raça/cor, em março de 2020**

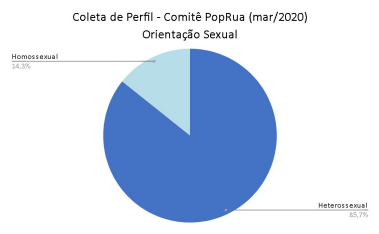
****

**28**

**Gráfico 4 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por etnia/raça/cor, em julho de 2020**

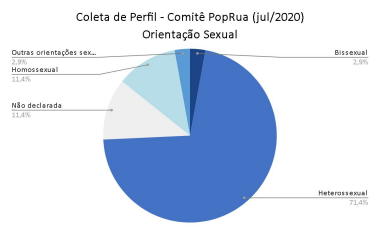
****

**Gráfico 5 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por orientação sexual, em março de 2020.**

****

**29**

**Gráfico 6 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por orientação sexual, em julho de 2020.**

****

Os gráficos de número 1 a 6 apresentam a distribuição dos participantes das reuniões do Comitê Poprua nos meses de março e julho, a partir de seu gênero; etnia/raça/cor e orientação sexual auto declarados.

Observa-se que, no mês de março, 53% dos participantes das reuniões eram do gênero masculino e cerca de 40% feminino, fato que se inverte alguns meses depois. No mês de julho, 54,3% dos participantes das reuniões do Comitê declarou-se como sendo do gênero feminino em oposição 45,7% que afirmaram-se como do gênero masculino.

Vale destacar que de acordo com dados do Censo da População em Situação de Rua de 2019, o gênero masculino corresponde a 85% desse grupo populacional. O aumento do número de pessoas do gênero feminino participando das reuniões do Comitê nos meses em que essas ocorreram de forma online pode indicar que as mulheres têm tido maior facilidade de acessar a infraestrutura necessária para participação remota. Não obstante, é importante ressaltar que dentre aqueles que participam das reuniões do Comitê Poprua estão não apenas pessoas em situação de rua mas, também, e de forma expressiva, servidores municipais

**30**

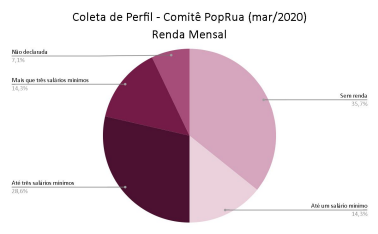
indicados e trabalhadores de organizações da sociedade civil que atuam com a temática da população em situação de rua.

Tanto no mês de março, como de julho, houve maior participação de pessoas que se declararam como “brancos” nas reuniões do Conselho. No mês de julho esse percentual aumenta para 60%, em comparação aos 53,3% de março. A quantidade de participantes que se declaram como “pretos” permaneceu 20% nos dois meses de análise, enquanto que aqueles que declaram-se como “pardos” em março corresponderam a 20% e em julho 17%. No mês de março 6,7% dos participantes declararam-se como indígenas, porcentagem que foi de 0% em julho, mês em que 2,9% optou por não declarar sua raça/cor/etnia. Vale ressaltar que o Censo de 2019 indica que 47,6% das pessoas em situação de rua no município de São Paulo seriam pardas.

Pode-se inferir que houve um recorte de raça que privilegiou o acesso da população branca ao espaço do Comitê Poprua. Além disso, percebe-se que no mês de julho, momento em que as atividades do órgão de participação estavam sendo feitas virtualmente, o contingente de participantes que se autodetermina como “pardo” diminuiu ainda mais.

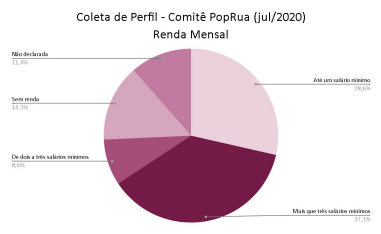
Quanto à orientação sexual, tanto no mês de março quanto em julho, verifica-se que há maioria de participantes “heterossexuais” (85,7% em março e 71,4% em julho). Aqueles que se identificam como “homossexuais” corresponderam a 14,3% em março e 11,4% em julho. Além dessas duas categorias de identificação, no mês de julho 2,9% declararam-se como “bissexual”; 2,9% afirmou ter outra orientação sexual e 11,4% optou por não declarar.

**Gráfico 7 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por renda mensal, em março de 2020.**

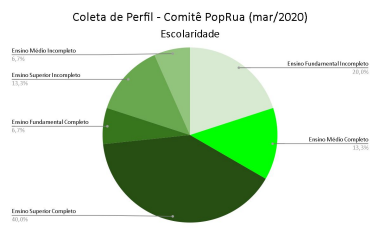
****

**31**

**Gráfico 8 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por renda mensal, em julho de 2020.**

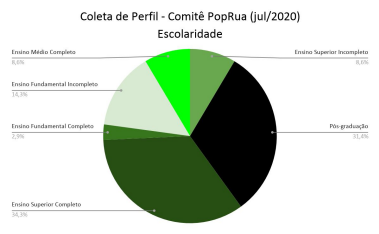
****

**Gráfico 9 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por escolaridade, em março de 2020.**

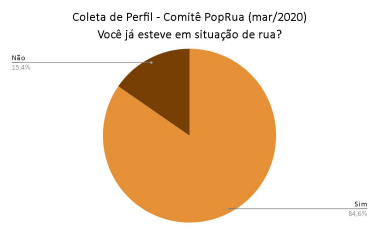
****

**32**

**Gráfico 10 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por escolaridade, em julho de 2020.**

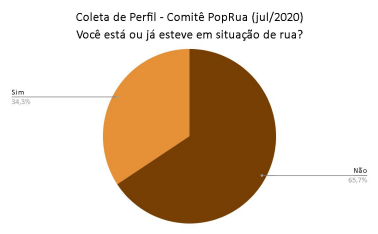
****

**Gráfico 11 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por histórico de situação de rua, em março de 2020.**

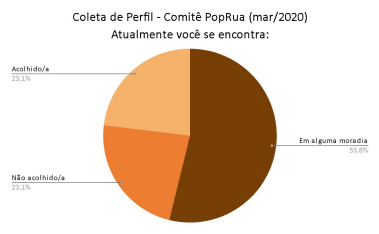
****

**33**

**Gráfico 12 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por histórico de situação de rua, em julho de 2020.**

****

**Gráfico 13 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por situação atual de acolhimento, em março de 2020.**

****

**34**

**Gráfico 14 - Participantes do Comitê Poprua distribuídos por situação atual de acolhimento, em julho de 2020.**

****

Os gráficos de número 7, 8, 9 e 10 apresentam a distribuição dos participantes do Comitê Poprua, nos meses de março e julho de 2020, de acordo com suas rendas mensais e com grau de escolaridade. Identifica-se que, no mês de março, 35,7% dos participantes estavam sem renda e 14,3% com renda de até um salário mínimo. Nesse período, também 14,3% dos participantes das reuniões afirmaram receber mais que três salários mínimos. No mês de julho o perfil de participação, no que se refere ao poder aquisitivo, no Comitê Poprua se transforma, na medida em que o percentual de participantes que declarou receber mais de três salários mínimos aumentou para 37,1% e aqueles que afirmaram não ter renda foram 14,3%.

Movimento semelhante ocorreu com as taxas de escolaridade que, no mês de julho, quando em comparação com março de 2020, sofrem aumento significativo, atingindo no último período observado mais de 31% dos participantes com pós-graduação.

Os gráficos de número 11 e 12 auxiliam na investigação dessa questão da mudança de perfil dos participantes das reuniões do Comitê Poprua, que ocorrem quando compara-se os meses de março e julho. Identifica-se um encolhimento substancial da participação de pessoas em situação de rua ou com histórico no Conselho, na medida em que, em março esse

**35**

segmento populacional representava 84,6% dos participantes o que, em julho, passou a ser 65,7%.

Dentre as pessoas que em março afirmaram ter histórico de rua, 53,8% no momento da pesquisa estavam em algum tipo de moradia; 23,1% estavam acolhidos na rede socioassistencial do município e também 23,1% afirmaram não estarem acolhidos, subentendendo-se que estariam em situação de calçada. Já no mês de julho, apenas 4,5% afirmaram estar “não acolhidos”.

A partir dos diversos gráficos dessa pesquisa de perfil realizada nesses dois momentos do ano, é possível interpretar que as dificuldades de acesso acarretadas pelo modelo de reunião online instituído no período de pandemia causaram redução da possibilidade de participação da população em situação de rua neste espaço, sobretudo daquela em situação de calçada. Paralelamente, percebe-se que em julho, em comparação a março do mesmo ano, o perfil dos participantes das reuniões do Comitê tornou-se “mais branco”, mais escolarizado e com maior renda.

Essas constatações apontam para o desafio que se apresenta ao poder público municipal no sentido de pensar estratégias de garantia do acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às instâncias de controle social, mesmo durante a pandemia.

É importante reiterar que a partir do mês de setembro, reconhecendo o problema da inclusão digital dos conselheiros do Comitê Poprua, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania disponibilizou o uso de uma sala de reuniões com computador e infraestrutura necessária para participação dos conselheiros com dificuldades de acesso virtual, respeitando às medidas de distanciamento social e uso de máscaras.

**4.2 Dados de impacto e satisfação dos participantes do Comitê Poprua em 2020**

A coleta de impacto e satisfação do Comitê PopRua é realizada desde 2018, desenhada juntamente com a coleta de perfil dos participantes das reuniões regulares. Sendo parte integrante dos questionários semiestruturados aplicados semestralmente no Comitê, essa dimensão dos dados permite explorar de que forma o conselho tem se apresentado para seus participantes em questões estruturais, além de revelar pontos de fragilidade e potência para serem melhorados ou potencializados em seu funcionamento.

**36**

A partir desse panorama busca-se compreender, portanto, como o Comitê tem chegado de forma primária às pessoas - e se as reuniões têm de fato fidelizado algum tipo de participação, bem como o nível desta e a forma que os frequentantes do conselho enxergam o espaço institucional de diálogo e construção que o comitê propõe.

**Gráfico 15 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pelo modo como descobriram o Comitê, em março de 2020**

****

**Gráfico 16 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pelo modo como descobriram o Comitê, em julho de 2020**

****

**37**

**Gráfico 17 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pelo tempo de participação no Comitê, em março de 2020.**

****

**Gráfico 18 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pelo tempo de participação no Comitê, em julho de 2020.**

****

**38**

**Gráfico 19 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pelo modo que ficam sabendo das reuniões do Comitê, em março de 2020.**

****

**Gráfico 20 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pelo modo que ficam sabendo das reuniões do Comitê, em julho de 2020.**

O****s gráficos 15, 16, 17, 18, 19 e 20 mostram com bastante clareza alguns aspectos a respeito de como os/as participantes do conselho se relacionam com as informações enviadas sobre ele e sobre a participação. Sobre o modo como as pessoas têm descoberto o comitê, por exemplo, entre o período de pré e pós pandemia tivemos o acréscimo de inúmeras motivações

**39**

no segundo cenário, entretanto, os principais meios pelos quais as pessoas conhecem o comitê mantiveram-se os mesmos.

Em relação ao tempo de participação no comitê, por outro lado, na última aplicação do questionário é mostrado que os participantes da modalidade remota são pessoas que já frequentavam o Comitê há um tempo expressivo, em sua maioria. Esse tipo de interferência dialoga muito com a dificuldade de prospectar novas pessoas para participarem das reuniões dentro de uma modalidade inédita e levando em consideração o contexto pandêmico vivido.

E de modo complementar a respeito da forma como as pessoas ficam sabendo das reuniões, o que anteriormente tinha o e-mail como principal veículo de comunicação sobre as reuniões, presenciou um atual quase pleno domínio da modalidade, dado a natureza online dos encontros atualmente realizados. Existe ainda uma ligação que não deve ser descartada com as reuniões do mês anterior e o diálogo com amigos ou colegas, mas ainda assim esse tipo de meio se mostrou muito reduzido nas vivências sob a pandemia.

**Gráfico 21 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos por se já foram conselheiras/os em alguma gestão do Comitê, em março de 2020**

****

**40**

**Gráfico 22 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos por se já foram conselheiras/os em alguma gestão do Comitê, em julho de 2020.**

****

**Gráfico 23 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pela participação nos subcomitês, em março de 2020.**

****

**41**

**Gráfico 24 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pela participação nos subcomitês, em julho de 2020.**

****

Outros impactos e diferenças intra-cenários podem ser observados nos gráficos 21, 22, 23 e 24. Enquanto o número de conselheiros não teve grandes variações, a quantidade de pessoas que participam ou já participaram ativamente de algum subcomitê foi alterada diametralmente. Na coleta realizada antes da pandemia, a maioria dos participantes não era ligada à participação ativa em subcomitês, o que se tornou uma minoria dentro do cenário atual. Isso pode ser explicado de diversas maneiras, mas deve ser conectado especialmente à realidade vivida pelo atual perfil participante do comitê. Sendo pessoas que possuem acesso às reuniões e mostram outras condições sobre tempo disponível e trabalho, esses aspectos se mobilizam como facilitadores para a atuação para além do comitê.

**42**

**Gráfico 25 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pela satisfação com os avanços na política proporcionados pelo comitê, em 2020.**

****

**Gráfico 26 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pela satisfação com o papel de representar a população em situação de rua realizado pelo Comitê, em 2020.**

**43**

**Gráfico 27 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pela satisfação com o papel desenvolvido pela Coordenação do Comitê, em 2020.**

****

**Gráfico 28 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pela satisfação com o espaço criado pelo Comitê, em 2020.**

****

**44**

**Gráfico 29 - Participantes do Comitê PopRua, distribuídos pela satisfação com o momento de falas abertas no Comitê, em 2020.**

****

Através dos gráficos 25, 26, 27, 28 e 29 é possível inferir que a maioria dos/as participantes do comitê se mostram satisfeitos em relação ao espaço criado e a forma como o conselho é conduzido. A quantidade observada de "pouco" e "regular" entre as respostas se mantém pouco variada, chamando apenas a atenção dentro do gráfico 29.

Esse tipo de reação com um aumento expressivo da quantidade de "regular" e "pouco" dada para a questão denota como é preciso repensar a estrutura do momento de falas abertas, buscando também entender quais seriam os possíveis impasses para que esse momento não fosse entendido como tão contributivo para o avanço nas discussões realizadas.

Por fim, é válido salientar que a coleta de satisfação não foi dividida entre o momento pré e pós pandemia pela alta similaridade entre os dados coletados, ou seja, pela pouca variação entre os resultados obtidos. Isso mostra, além de tudo, que apesar do cenário vivido e até mesmo dos aspectos sobre perfil e impacto terem mudado diante de um contexto mais amplo, esse tipo de percepção mantém-se estabilizada entre os frequentantes do comitê. Observar que existe a criação de um espaço confortável e que se mostre resolutivo em seus

**45**

papéis auxilia muito o trabalho da gerência do comitê - e mostra também que os esforços realizados nesse sentido têm dado certo em sua maioria.

**4.3 Dados das reuniões ordinárias, extraordinárias e de trabalho**

O monitoramento administrativo do Comitê PopRua é realizado desde 2018, como forma de acompanhar o desenvolvimento das atividades do conselho. Para o levantamento destes dados são utilizados os documentos oficiais das reuniões como atas, listas de presença, memorandos e recomendações produzidos pela Secretaria Executiva do órgão colegiado. São mapeados neste processo o número de conselheiros presentes por categoria, o número de reuniões, o número de pautas debatidas por reunião, assim como o número de encaminhamentos e devolutivas. Este monitoramento se mostra fundamental para a análise do andamento das reuniões, para possíveis reconfigurações estruturais caso se mostre necessário.

**Gráfico 30 - Natureza das reuniões do Comitê Poprua, em 2020**

****

**46**

**Gráfico 31 - Quantidade de reuniões do Comitê Poprua por ano, nos anos de 2018, 2019 e 2020**

****

No ano de 2020 foram iniciadas as Reuniões de Trabalho do Comitê PopRua para o acompanhamento e monitoramento das ações de enfrentamento à Covid-19, como mencionado anteriormente. Podemos observar no Gráfico 30 que neste ano, estas representaram 41,7% das reuniões realizadas pelo conselho.

No tocante à quantidade de reuniões realizadas, foram utilizados os dados dos anos anteriores para fins comparativos. Analisando o gráfico 31 podemos observar a realização de 11 reuniões do pleno em 2018, o que confere uma média abaixo de uma reunião por mês. Em 2019 observamos o aumento para 15 reuniões durante o ano, e em 2020 este número chegou a 25 reuniões realizadas, chegando a média de mais de duas reuniões por mês. É possível ver um grande aumento na quantidade de reuniões realizadas, o que pode ser parcialmente explicado pela ocorrência da pandemia do novo coronavírus em 2020 e a necessidade de acompanhamento das ações de enfrentamento pelo órgão colegiado.

Comparando os dados levantados no monitoramento administrativo do Comitê PopRua em 2020 com o monitoramento dos anos anteriores podemos perceber a ampliação na atuação do conselho no último período, a partir de um aumento exponencial do número de reuniões realizadas.

**47**

**Gráfico 32 - Média geral de pautas por reunião do Comitê Poprua, nos anos 2018, 2019 e 2020**

****

Podemos observar no gráfico 32 a diminuição da quantidade de pautas debatidas por reunião em decorrência da quantidade de reuniões realizadas no período. Os dados recolhidos nos monitoramentos dos anos anteriores mostraram que em 2018 eram previstas cerca de quatro pautas por reunião, número que cai para cerca de duas por reunião em 2019 e se estabelece em pouco mais de uma pauta por reunião em 2020. De forma geral é possível entender que o aumento de reuniões possibilitou que as pautas pudessem ser debatidas de forma mais extensa.

Ao realizar o mapeamento das pautas debatidas em reunião podemos observar no Gráfico 33 que entre estas, 37,5% se tratavam de temas relativos a ações de proteção e combate às consequências da Covid-19 entre a população em situação de rua, como o projeto Ação Vidas no Centro e as atualizações secretariais de dados relativos ao período. Em seguida observamos uma taxa de 16,7% de pautas relativas ao funcionamento interno do Comitê PopRua, como as eleições, o relatório de monitoramento e a formação dos conselheiros. Com mesma frequência, alcançando a porcentagem de 16,7%, foram os debates relativos à equipamentos da rede de proteção à população em situação de rua, como os equipamentos socioassistenciais e o novo Centro de Promoção e Defesa de Direitos da População em Situação de Rua da SMDHC.

**48**

**Gráfico 33 - Porcentagem de pautas debatidas nas reuniões do pleno em 2020, por categoria**

****

**Tabela 1 - Percentual médio de participação de conselheiros titulares do Comitê Poprua, em reuniões do Pleno, distribuídos por categoria de representação**

| **Monitoramento Administrativo - Comitê PopRua (2020)** | |
| --- | --- |
| **Participação dos Conselheiros (%)** | |
| Representantes Governo | 31% |
| Representantes Organizações Sociais | 56% |
| Representantes PopRua | 44% |

Através da Tabela 1 é possível aferir o baixo percentual de participação de forma geral dos conselheiros no ano de 2020. Dentre as 3 categorias que compõem o Comitê PopRua, os representantes de governo representam o índice de participação mais baixo, com 31% de presença. Em seguida, observamos a categoria de representantes da população em situação de rua, com 44% de presença. É importante pontuar que esta categoria, composta por pessoas com trajetória de situação de rua ou que estejam em situação de rua, compõem um grupo em situação de vulnerabilidade social e difícil acesso à plataformas digitais, o que poderia ser entendido como um fator para baixa adesão nas reuniões virtuais. Por último, observamos as organizações sociais com presença em 56% das reuniões do pleno em 2020.

**49**

**5. CONCLUSÃO**

O ano de 2020 foi um período movimentado para o Comitê PopRua: foi marcado pelo processo de organização da nova gestão de conselheiros da sociedade civil, o que traduz-se na realização de processo formativo e resolução de questões administrativas. Foram feitas alterações no funcionamento estrutural do órgão colegiado através do Decreto regulamentador da Lei nº 17.252/2019, como por exemplo a substituição da figura da coordenação do plenário pela mesa diretora, que terá a função de coordenar as reuniões e será composta por membros de governo e da sociedade civil, paritariamente; e a instituição de obrigatoriedade de um curso de formação para conselheiros, ministrado em parceria com o Departamento de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.

Este ano trouxe desafios ímpares para o Conselho e para a gestão municipal como um todo, em decorrência da grave crise sanitária causada pela epidemia de Covid-19. Diante da compreensão de que a população em situação de rua seria um dos recortes populacionais mais vulneráveis não só ao coronavírus em si, mas às consequências socioeconômicas decorrentes do período de emergência, o Comitê PopRua se mobilizou para realizar encontros frequentes para o monitoramento e acompanhamento das atividades realizadas pela Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua da SMDHC e pelas demais Secretarias Municipais, no sentido de atender as demandas e proteger a população em situação de rua, nesse cenário de crise sanitária e social.

Além do monitoramento e acompanhamento das ações voltadas ao enfrentamento da pandemia, foi possível que o Conselho trabalhasse sobre pautas importantes para a o andamento da Política Municipal para População em Situação de Rua, dentre as quais merecem destaque: a elaboração de tipificação do novo equipamento da rede de Direitos Humanos e Cidadania: Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua (CPD-POPRUA); discussão por tema de propostas de redação do Decreto Regulamentador da Lei 17.252/2019; deliberação sobre forma de acesso à novas vagas POT Poprua; monitoramento das ações de zeladoria urbana do município, entre outras.

Assim, não obstante o cenário de crise sobre o qual se deu o primeiro ano de trabalho da gestão do Comitê Poprua eleita em 2020, avalia-se que tratou-se de um período de fortalecimento deste órgão de participação e controle social e de intensa mobilização da sociedade civil para construção de debates e reivindicação de direitos da população em situação de rua.

**6. BIBLIOGRAFIA**

**50**

Legislação:

Decreto Federal Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: www.goo.gl/cYyvDt

Decreto Municipal Nº 53.795, de 25 de março de 2013 - Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua. Disponível em: www.goo.gl/c1opc7

Portaria Nº 023/SMDHC/2013 – Define a composição da primeira gestão do Comitê PopRua. Disponível em: www.goo.gl/MZfHHd

Portaria Nº 184/SMDHC/2015 – Define a composição da segunda gestão do Comitê PopRua. Disponível em: www.goo.gl/KF5Pn4

Portaria Nº 104/SMDHC/2018 – Define a composição da terceira gestão do Comitê PopRua. Disponível em: www.goo.gl/JRgCPz

Portaria Intersecretarial Nº 005/SMDHC/SMADS/SMS/SEHAB/SDTE/2016 – Institui o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. Disponível em: www.goo.gl/17tHwQ

Lei 17.252/1029 – Institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17252-de-26-de-dezembro-de-2019

Atas do Comitê PopRua:

Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\_humanos/participacao\_social/con selhos\_e\_orgaos\_colegiados/comitepoprua/index.php?p=165756

Outros:

**51**

Pesquisa Censitária da População em situação de Rua. FIPE, 2015. Disponível em: www.goo.gl/U9CA8f

Relatório Final do Seminário de Políticas sobre Saúde – 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\_humanos/participacao\_so cial/CONSELHOS/COMITE%20POPRUA/SEMINARIOS/Relatorio.pdf